

O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano IV | Volume 10 | Nº 28 | Boa Vista | 2022

<http://www.ioles.com.br/boca>

ISSN: 2675-1488

<https://doi.org/10.5281/zenodo.6339735>



LENIN, TROTSKY E O MUNDO DEPOIS DE 1917

*Michel Goulart da Silva**

Resumo

Neste ensaio são discutidos alguns elementos teóricos presentes na obra de Lenin e Trotsky que permitem compreender processos políticos ocorridos no século XX. Discute-se alguns processos revolucionários e como permitem ilustrar tanto a teoria do partido de Lenin como a da revolução permanente de Trotsky. São utilizados referenciais bibliográficos, bem como alguns documentos de organizações políticas.

Palavras chave: Lenin. Partido Político. Revolução Permanente. Trotsky.

Abstract

In this essay, some theoretical elements presented in the work of Lenin and Trotsky have been discussed in order to allow us to understand political processes that took place in the 20th century. Some revolutionary processes are discussed and they illustrate both Lenin's party theory and Trotsky's permanent revolution. Bibliographic references have been used as well as some documents from political organizations.

Keywords: Lenin. Permanent Revolution. Political Party. Trotsky.

O centenário do Partido Comunista do Brasil (PCB), ocorrido em março deste ano, abre a possibilidade de debate para uma série de temas relacionados à militância política e ao marxismo. Um dos elementos desse debate passa justamente pelas bases teóricas que sustentam a prática política dos comunistas. De forma geral, ainda que o PCB tenha sofrido por décadas a influência do stalinismo e, em função disso, cometido erros de grande impacto político, as bases para suas ideias podem ser encontradas na experiência da Revolução Russa de 1917.

O processo revolucionário soviético tem suas bases teóricas na convergência das formulações de Vladimir Lenin, no que se refere à organização política dos operários, e Leon Trotsky, no que se refere à explicação acerca da dinâmica do processo revolucionário (SILVA, 2005). Essa convergência entre Lenin e Trotsky permite compreender muitos dos processos políticos ocorridos ao longo do século XX. O stalinismo procurou apagar esse fato, ainda em vida de Trotsky, construindo narrativas que desqualificam a atuação política do líder revolucionário, enquanto transformava Lenin em um símbolo heroico esvaziado de conteúdo político.

Embora tenha sido marcado por inúmeras rebeliões e revoluções, no século XX em nenhum momento esteve presente os dois elementos fundamentais da Revolução Russa, ou seja, os organismos

* Realiza pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Atua no Instituto Federal Catarinense (IFC). E-mail para contato: michelgsilva@yahoo.com.br



do poder proletário, como os soviets na Rússia, e um partido operário aos moldes do bolchevismo. Esse fato faz com que o processo revolucionário russo permaneça quase como um acontecimento histórico inédito, afinal as demais revoluções ou foram derrotadas, como a da Bolívia na década de 1950, ou foram dirigidas por organizações burocratizadas, como na China em 1949 ou em Cuba em 1959.

Um dos elementos centrais na análise de Lenin e Trotsky passava pelo papel a ser desempenhado pelas revoluções em outros países como forma de apoio ao poder soviético, pois, diante dos limites no desenvolvimento econômico da Rússia, tinham a clareza de que os trabalhadores teriam dificuldades de se manter no poder. Nesse sentido, a permanência da revolução, à qual alude Trotsky a partir de contribuições de Marx e Engels, não se daria apenas no ponto de vista das tarefas internas a serem realizadas dentro da Rússia, mas também no sentido de impulsionar a revolução socialista nos demais países. Somente a vitória do proletariado em outros países, em especial aqueles de maior desenvolvimento econômico, poderia proteger a Rússia da possibilidade de restauração capitalista. Trotsky (2010, p. 29-30) assim sistematizava sua formulação teórica, no contexto da Rússia:

correspondentemente às suas tarefas mais próximas, a revolução começa como burguesa, mas rapidamente provoca poderosos conflitos de classes e só chega à vitória se transferir o poder à única classe capaz de se colocar à frente das massas oprimidas: o proletariado. Uma vez no poder, o proletariado não quer e nem pode se limitar ao marco de um programa democrático-burguês. A revolução só poderá ser levada a cabo se a revolução russa se converter em uma revolução do proletariado europeu. Então, será superado o programa democrático-burguês da revolução, junto com seu marco nacional, e a dominação política temporária da classe operária russa irá se prolongar até a uma ditadura socialista permanente. Mas se a Europa não avançar, então a contrarrevolução burguesa não tolerará o governo das massas trabalhadoras na Rússia e empurrará o país para trás – muito para trás da república democrática dos operários e camponeses. O proletariado, então, chegando ao poder, não deve se limitar ao marco da democracia burguesa, mas deve empregar a tática da *revolução permanente*, isto é, anular os limites entre o programa mínimo e o programa máximo da socialdemocracia, passar para reformas sociais cada vez mais profundas e buscar um apoio direto e imediato para a revolução na Europa ocidental.

Essa necessidade da revolução em âmbito internacional não se concretizou. Logo após a revolução na Rússia, países como Hungria e Alemanha vivenciaram levantes operários, chegando a tomar o poder, no caso da Hungria, e organizando organismos semelhantes aos soviets russos, como na Alemanha. Contudo, a derrota sofrida pelos trabalhadores nesses processos, somado à tentativa dos países imperialista no sentido de derrotar o poder soviético na Rússia, fez com que o mundo entrasse em um período de grave crise, da qual são produto alternativas burguesas como o fascismo e o nazismo.

Nesses processos derrotados, diferente do que havia ocorrido na Rússia, ficou evidente a ausência de uma direção revolucionária experiente e coesa. O debate acerca da questão do partido foi uma das questões mais importantes discutidas por Lenin, para o qual a organização que se colocasse como direção dos trabalhadores não poderia ser um agrupamento espontaneísta e formado às pressas



(LENIN, 2006). O exemplo da derrota sangrenta da Revolução Alemão mostrou isso. Para Lenin, além de uma organização disciplinada e coesa, que tenha como um dos centros a consolidação de dirigentes experientes e formados na intervenção a luta de classes, a teoria marxista era fundamental, na medida em que esse partido precisaria compreender a realidade para além das aparências e do senso comum e, dessa forma, ser capaz de compreender a totalidade das determinações da sociedade capitalista e como transformá-la a partir da superação de suas contradições fundamentais.

Durante a Primeira Guerra, a crise na II Internacional havia fraturado o movimento operário em todo o mundo de tal forma que os partidos que colocavam uma perspectiva revolucionária ou eram pequenos ou não tinham uma coluna de quadros dirigentes experientes e coesa. Com isso, a perspectiva de transformação social expressa pelos trabalhadores, entusiasmados pela vitória de operários e camponeses na Rússia, acabou não os levando ao poder. O Brasil foi um desses casos, onde uma série de tentativas de insurrecionais terminaram em derrota e repressão para os trabalhadores, particularmente entre 1917 e 1919. Não havia uma direção política organizada e coesa, mas somente militantes de diferentes correntes ideológicas e com perspectivas políticas diversas (SILVA, 2016).

Na década de 1940, depois de terminada a Segunda Guerra Mundial, há uma nova onda revolucionária, em particular em países onde os trabalhadores construíram organizações militares para combater a ocupação nazista, como os *partisans*, na Iugoslávia. Na Iugoslávia, assim como em outros países, o processo de transformação da sociedade se deu por meio de organizações burocráticas e de forte centralização em sua direção, o que se refletiu na construção de Estados operários que nunca tiveram a democracia de base operária semelhante ao que havia ocorrido na Rússia.

A partir do mesmo período da Revolução Russa e das lutas na Europa, começaram a ocorrer também processos que tiveram à sua frente direções burguesas ou pequeno burguesas, especialmente na América Latina. Esses processos, em particular o mexicano, mostraram como a luta anti-imperialista pode mover diferentes setores da sociedade, inclusive, em determinadas circunstâncias, até mesmo a burguesia. Nesses processos, contudo, os trabalhadores não alcançaram a independência política e organizativa necessária para fazer uma revolução socialista, tendo sua ação se limitado a fortalecer, na maior parte dos casos, o desenvolvimento do capitalismo em seus países. Esse tema foi discutido por Trotsky (2009, p. 119), que escrevia em 1938:

Estamos no período em que a burguesia nacional busca obter um pouco de independência diante dos imperialismos estrangeiros. A burguesia nacional é obrigada a flertar com os operários, com os camponeses e temos agora o homem forte do país orientado à esquerda, como hoje no México. Se a burguesia nacional está obrigada a abandonar a luta contra os capitalistas estrangeiros e trabalha sob sua tutela direta, teremos um regime fascista como no Brasil, por exemplo. Mas ali a burguesia é absolutamente incapaz de constituir sua dominação democrática, porque, por um lado tem o capital imperialista, e por outro, tem medo do proletariado, porque a



história lá saltou uma etapa e o proletariado se tornou um fator importante antes que tenha sido realizada a organização democrática do conjunto da sociedade.

Nessas lutas, na época do imperialismo, para a burguesia desses países não estava em jogo a conquista da independência nacional rumo a um desenvolvimento capitalista autônomo, mas uma melhor localização na divisão internacional do capitalismo. Embora eventualmente pudessem tomar medidas anti-imperialistas, esses governos nacionalistas, como o do México ou da Argentina, em nenhum momento afetaram de forma contundente a propriedade privada nem apontaram para qualquer alternativa de superação da dominação imperialista. Para esses governos nacionalistas, estava em jogo desenvolver os setores da burguesia que lhe davam sustentação política.

Nesses processos, o proletariado organizado não conseguia ir além de sua direção burguesa, seja por sua fragilidade enquanto classe organizada, seja pela traição das direções. Um exemplo é o da Bolívia, na década de 1950, onde o proletariado mineiro, mesmo tendo derrotado as forças de repressão do Estado, foi levado por suas direções a apoiar o movimento nacionalista no governo. Em muitas lutas os trabalhadores obrigaram suas burguesias a dar concessões, às vezes derrotando golpes militares ou mesmo governos ditatoriais, demonstrando que o principal fator desses movimentos nacionalistas não era a débil burguesia que se colocava como direção do processo, mas sua base operária e camponesa. Pode-se afirmar, assim, que

[...] os movimentos nacionalistas têm sua vigência na medida em que as tarefas democráticas e de emancipação nacional não foram cumpridas; mas esses movimentos, que são capazes de formular essas tarefas, são incapazes de resolvê-las, o que exige a mobilização revolucionária da nação inteira, que só a classe operária pode encabeçar. Lutando contra o inimigo fundamental, o imperialismo, os operários devem proclamar desde o início sua independência política em relação ao nacionalismo burguês, pequeno-burguês e militar, e organizar a luta pelo governo operário-camponês (COGGIOLA, 1984, p. 75).

Nesses processos, que houvessem debilidades nos setores da burguesia, o proletariado não conseguiu avançar a uma política independente em grande medida porque os partidos e demais organizações com hegemonia nos meios proletários tinham como estratégia o desenvolvimento capitalista junto à burguesia. O stalinismo, que orientou teoricamente os partidos comunistas dos diversos países, cumpriu papel central nisso, afinal defendia a revolução por etapas, onde os comunistas seriam, em um primeiro momento, aliados da burguesia e, somente quando o capitalismo estivesse desenvolvido, efetivamente lutariam pelo socialismo. Luis Carlos Prestes, um dos principais dirigentes do PCB, assim formulava a questão, em maio de 1949:

É, assim, cada dia mais urgente, para o nosso povo enfrentar e resolver os grandes problemas da revolução democrático-burguesa, remover as causas profundas do atraso e da reação política,



afastar os obstáculos que impedem o desenvolvimento das forças produtivas no país. Isto implica na luta consequente contra os restos feudais e todas as formas pré-capitalistas de exploração, quer dizer, na revolução agrária, de um lado; e de outro, na luta contra o imperialismo estrangeiro, norte-americano em particular nos dias de hoje e pela independência nacional. No imperialismo e no feudalismo, particularmente no primeiro, estão os inimigos mortais do nosso povo (CARONE, 1982, p. 99).

O PCB, impregnado pelo referencial teórico stalinista, se colocava no sentido de centrar a luta contra o que chamava de “resquícios feudais”, apontando que alguns setores da burguesia seriam aliados e defendendo que seria possível uma passagem pacífica para uma nova sociedade (SILVA, 2013). Essa política foi reproduzida em diferentes países, a partir das orientações da Internacional Comunista (IC).

Portanto, a estagnação das revoluções na América Latina não se deu por falta de condições objetivas, mas em grande medida por conta da política de colaboração das direções da esquerda com as burguesias locais ou pela ausência de um partido operário revolucionário.¹ Essa questão expressa uma das principais preocupações de Trotsky: a crise de direção revolucionária do proletariado. Trotsky (1989, p. 11-12) dizia que “a condição econômica necessária para a revolução proletária já alcançou, no geral, o mais alto grau de maturação possível sob o capitalismo”, mas “o principal obstáculo no caminho da transformação da situação pré-revolucionária em situação revolucionária, é o caráter oportunista da direção do proletariado, sua covardia pequeno-burguesa frente à grande burguesia e os laços traidores que mantém com esta, mesmo em sua agonia”.

Na década de 1930, o stalinismo formula a teoria em torno das chamadas frentes populares, ou seja, quando as direções proletárias assumem um governo em aliança com setores da burguesia (ou representantes destas), para governar a ordem da propriedade privada, estagnando o movimento de massas e desmoralizando a esquerda, abrindo assim caminho para a volta de alternativas conservadoras aos governos (SILVA, 2021). Essa é uma política que se viu com na história do Brasil, como nos anos que antecederam o golpe de 1964, com o apoio do PCB ao governo de Joao Goulart, ou no começo dos anos 2000, materializado nos governos do Partido dos Trabalhadores (PT).

Nas eleições de 2002, o PT assumiu uma série de compromissos com o FMI e com o governo dos Estados Unidos, expresso no documento que ficou conhecido na época como “Carta ao povo brasileiro”. Com a chegada de Lula à presidência procurava-se garantir à burguesia a solução de uma crise institucional e pôr fim às lutas que haviam quase derrubado o governo anterior de Fernando Henrique Cardoso. Por outro lado, as principais direções dos trabalhadores, que tinham encabeçado importantes lutas no período anterior, ficaram atreladas ao governo, assumindo cargos no Estado ou priorizando o caminho das negociações e não da mobilização de suas bases. Esse esvaziando das

¹ No contexto posterior a 1989, é importante destacar também a ofensiva ideológica promovido pelo capitalismo contra o socialismo e a revolução. Para uma discussão acerca do tema, conferir: Silva (2010).



mobilizações, com as principais organizações dos trabalhadores tendo reduzido seu papel enquanto direção política em lutas e greves, é um dos fatores que explicam as debilidades nas mobilizações contra o impeachment de Dilma em 2016 (SILVA, 2020).

Por outro lado, além disso, os governos do PT mostraram o equívoco de se esperar uma fase “democrática” e de “desenvolvimento nacional”. Difundia-se a narrativa de que o PT encabeçaria um período em que se consolidaria a democracia, e que a burguesia seria uma aliada nisso. Contudo, para a burguesia, Lula, eleito pelo voto “democrático”, era apenas a principal alternativa em um momento específico que poderia evitar uma crise política mais profunda. Com o afastamento da base social do PT, diminuindo seu papel como organizador de luta dos trabalhadores, em particular a partir das mobilizações de junho de 2013, o partido perdeu, para a burguesia, a utilidade no governo.

Esses diferentes elementos corroboram uma das ideias mais caras a Trotsky (1989, p. 12), quando afirmava que “as condições objetivas necessárias para a revolução proletária não estão somente maduras, mas começam a apodrecer”. Com a pandemia, que se tornou uma espécie de catalisador de uma profunda crise econômica, ficou mais evidente que o mundo estava lançado à barbárie, à pobreza e à degradação do ser humano e do meio ambiente (SILVA; VELHO, 2021). Nem mesmo as grandes potências imperialistas conseguem manter a estabilidade, sofrendo impactos profundos na economia e se perdendo em crises institucionais. Fica evidente, assim, que somente o proletariado, tomando o poder em suas mãos através de um organismo próprio de poder, distribuindo a economia de um ponto de vista socialista, pode construir uma nova sociedade que aponte para a superação do sofrimento que se vivencia sob o capitalismo.

REFERÊNCIAS

CARONE, Edgard (org.). **O PCB (1943-1964)**, vol. 2. São Paulo: DIFEL, 1982.

COGGIOLA, Osvaldo. **O trotskismo na América Latina**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

LENIN, Vladimir. **Que fazer?** São Paulo: Martins, 2006.

SILVA, Michel Goulart da. “A permanência de Trotsky”. **Revista Urutágua**, vol. 8, n. 8, 2005.

SILVA, Michel Goulart da. “As esquerdas no Brasil e as eleições municipais”. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 5, n. 13, 2021.

SILVA, Michel Goulart da. **Entre a foice e o compasso: imprensa, socialismo e maçonaria na trajetória de Everardo Dias na Primeira República** (Tese de Doutorado em História). Florianópolis: UFSC, 2016.

SILVA, Michel Goulart da. “Golpe de estado: história e usos de um conceito”. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 4, n. 12, 2020.



SILVA, Michel Goulart da. “O partido político em Florestan Fernandes”. **Em Debate**, n. 8, 2013.

SILVA, Michel Goulart da. “Revolução e socialismo: notas teóricas”. **Contra a Corrente**, n. 3, 2010.

SILVA, Michel Goulart da; VELHO, Ricardo Scopel. “Capitalismo, crise e educação”. **Labor**, n. 25, 2021.

TROTSKY, Leon. **Escritos latino-americanos**. São Paulo: Iskra / Buenos Aires: CEIP, 2009.

TROTSKY, Leon. **A teoria da revolução permanente**. São Paulo: Sundermann, 2010.

TROTSKY, Leon. **Programa de transição**. São Paulo: Informação, 1989.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano IV | Volume 10 | Nº 28 | Boa Vista | 2022

<http://www.ioles.com.br/boca>

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávoro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima